

Previdência estuda pagamento

BRASÍLIA — O Ministério da Previdência Social está estudando a possibilidade de começar a pagar a partir deste mês a licença-maternidade de 120 dias e a licença-paternidade de cinco dias, direitos garantidos aos casais que tenham filhos após o dia 5 — data da promulgação da Constituição. Pela nova legislação o ministério tem até dois anos e meio para colocar em prática as inovações introduzidas com a criação do Sistema de Seguridade Social, mas nesses dois casos específicos os técnicos acreditam que haverá recursos suficientes para pagá-los imediatamente.

Com relação à licença-ma-

ternidade, a extensão de 90 para 120 dias representará um acréscimo de despesas da ordem de Czs 60 bilhões, que não serão pagos de uma só vez, mas diluídos ao longo de um ano, à medida dos novos nascimentos. O ministério poderá usar parte dos recursos do Finsocial para atingir aquele total.

No caso da licença-paternidade, a idéia da Previdência é as empresas financiarem o novo benefício. A quantia paga seria descontada do recolhimento previdenciário mensal de cada empresa. Os técnicos estão certos de que não haverá problemas para pôr a medida em prática, pois os gastos estimados

são muito pequenos, além de diluídos ao longo do tempo.

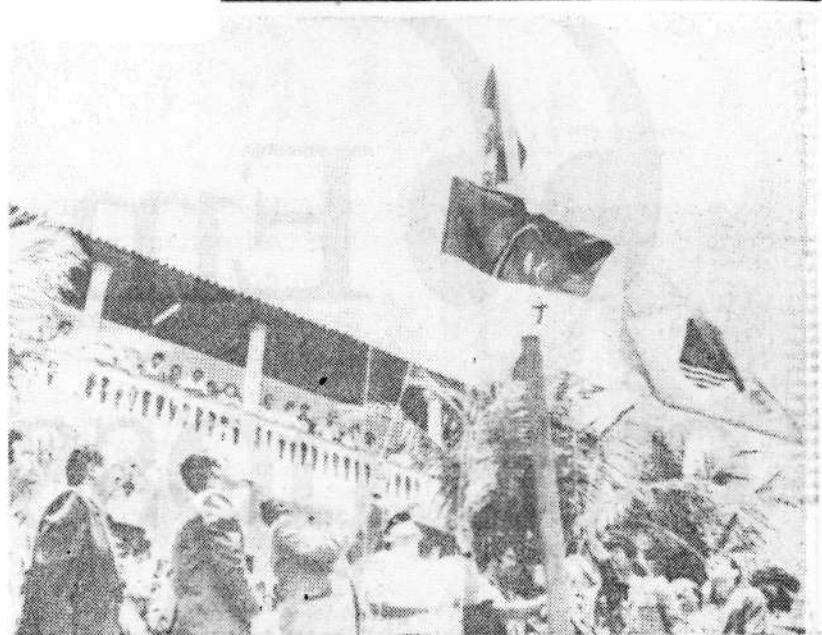
A única dificuldade para a Previdência cumprir seus planos é, até agora, a greve dos previdenciários. Todos os postos do INPS, responsáveis pelo pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios, estão fechados. Não se pode ao menos entregar pedidos de licença.

MAIS CONTRATAÇÕES À VISTA

Para o ministro da Saúde, Borges da Silveira, não é "trem da alegria" a nomeação, na véspera da promulgação da Constituição, de 314 pessoas para a Fundação de Serviços de Saú-

de Pública (Sesp), dentre as quais quatro parentes do presidente da entidade, José Nogueira Tapety. O ministro se sentiu injustificado por não ter conseguido contratar 35 técnicos necessários à Divisão Nacional de Medicamentos (Dimed), e promete novas nomeações na Fundação Sesp "para completar o quadro defasado".

Como estratégia para contratações na fundação, o ministro vai nomear consultores da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) por tempo determinado, a fim de suprir a necessidade que, segundo Borges da Silveira, ainda existe no quadro de pessoal de José Tapety.



Arraes hasteia bandeira de Pernambuco 46 anos depois

Petrobrás negocia redução da jornada

Começaram ontem as negociações do Sindicato dos Petroleiros com a diretoria da Petrobrás sobre a redução da jornada de trabalho, que, de acordo com a nova Constituição, não poderá ultrapassar 44 horas semanais. A proposta encaminhada no Rio, pela diretoria do sindicato é de criação do quinto grupo de trabalhadores nas refinarias e terminais de transferência de petróleo e de uma nova escala nas plataformas, que seria de sete dias de trabalho por 14 de folga (atualmente é de 15 de trabalho por 15 de folga).

O secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros, Carlos Pereira Leal, explicou que nas refinarias e terminais de transferência de petróleo a escala atual é de três turnos se revezando nas 24 horas (o que dá uma jornada de oito horas diárias) e a quarta folgando. Com a criação de mais uma turma, a jornada diária seria reduzida para seis horas.

No caso dos trabalhadores das plataformas, de acordo com Carlos Pereira, a redução da jornada diária para seis horas não seria conveniente porque teriam de ser criadas novas turmas, "e as plataformas não têm condições de alojar mais pessoas". Atualmente, acrescentou ele, existem cinco mil petroleiros no Rio, "o que equivale a um terço da categoria nacional".

A assessoria de imprensa da Petrobrás informou que a em-

presa distribuiu nota para todos os seus empregados, na qual afirma disposição de negociar a nova jornada de trabalho. De acordo com a nota, a Petrobrás acredita existirem várias soluções e ser necessário escolher a que permitia maior "viabilidade econômica e operacional".

A Refinaria de Petróleo Ipiranga anunciou ontem a instauração do turno de seis horas em sua unidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Foram estabelecidos quatro turnos e novas contratações deverão ocorrer em meados de novembro. Na unidade industrial da Phillips em São José dos Campos os operários que trabalham em turnos de revezamento estão ameaçando entrar em greve na próxima semana caso a empresa não reduza a jornada diária de oito para seis horas. Ontem eles já realizaram diversas "paralisações de advertência".

Outra novidade da nova Constituição a que as empresas terão de se adaptar é a licença de 120 dias à gestante. Na Valère, em Santo André, há mil trabalhadores, dos quais 800 são mulheres. José Correia, chefe administrativo da empresa, admitiu que haverá maior rigor na seleção, a fim de evitar a rotatividade. "Temos oito mulheres afastadas pela licença-maternidade e outras 15 grávidas. Será um custo difícil de administrar sem o repasse aos preços", afirmou Correia.

Cresce número de consultas nas DRTs

As Delegacias Regionais do Trabalho em todo o País tiveram ontem um dia bastante movimentado. Trabalhadores e empresários buscavam orientação sobre a aplicação das novas normas constitucionais. As dúvidas eram muitas. Além das definições sobre os 50%, a mais para a hora-extra, adicional de um terço para as férias, 40% de multa sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e licença-maternidade de 120 dias, entre outras, muitos procuravam soluções para casos específicos.

Eliana Silbéria Miranda Barbosa, balconista há nove anos de uma livraria no Rio, foi demitida e por um dia deixou de ter direito aos benefícios da nova legislação. "Fui roubada. A Constituinte deveria ter previsto casos como o meu", disse, desolada. Sete costureiras da empresa Stay Confecções, em São Paulo, se queixavam ao DRT sobre a perda de dez minutos no intervalo para o café.

A jornada de trabalho, que a partir de agora passa a ser de 44 horas semanais, levou muitos trabalhadores à DRT de São Paulo. Eles queriam saber quando vai vigorar essa medida, mas os próprios fiscais do trabalho não sabiam como orientá-los e esperam decisões de Brasília. A DRT registrou ontem um número de consultas três vezes superior ao dos dias normais. Antes da nova Carta, o fluxo de consultas diárias não passava de 150; ontem, aumentou para 500.

Mesmo sem orientação ofi-

cial, o setor de homologações e rescisões do Ministério do Trabalho, no Rio, e a DRT do Distrito Federal, resolveram aplicar a nova legislação. No Rio, os funcionários do setor decidiram cobrar das empresas os pontos em que a Constituição é auto-aplicável. E, desde segunda-feira, a DRT-DF homologa rescisões contratuais segundo os novos critérios.

Onovo texto constitucional irá impor maior rigor no recrutamento e seleção de pessoal nas empresas. Segundo apurou o Estado, essa será a estratégia adotada para evitar futuras demissões sem justa causa e para melhorar a qualidade e capacidade produtiva da mão-de-obra, já que o aumento de custos não poderá, em todos os casos, ser repassado ao preço final. A partir de agora, deverá aumentar também o número de solicitações de férias, que estavam praticamente suspensas nos últimos 90 dias.

CUT

Ontem pela manhã, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) entrou com pedido de concessão de registro da entidade no Ministério do Trabalho, obedecendo ao Artigo 8º, Inciso I da nova Carta, que impede a interferência do poder público em organizações sindicais. Com o pedido, a CUT pretende sair na frente e evitar o confronto com a Confederação Geral do Trabalho (CGT), já que outro inciso do Artigo 8º proíbe a existência de mais de uma organização sindical na mesma base territorial.

Novo administrador da ilha toma posse

O novo administrador de Fernando de Noronha, Cláudio Marinho, secretário do Planejamento de Pernambuco, foi empossado ontem pelo governador Miguel Arraes numa cerimônia rápida e simples, no Palácio São Miguel, que não contou com a presença do ex-administrador da ilha, Fernando César Mesquita.

Mesquita limitou-se a receber Arraes no aeroporto e dali embarcou para Brasília, logo depois de ter sido ovacionado por um grupo de ilhéus, composto basicamente de funcionários da ilha. O grupo protestou contra a anexação do Território ao Estado de Pernambuco com bandeiras pretas e pichações dizendo: "Não somos pernambucanos, morreremos noronhenses". Outra parte dos ilhéus, entretanto, recebeu Arraes com aplausos.

Os manifestantes cercaram o carro de Arraes depois da posse. A eles o governador repetiu o que dissera no discurso, minutos antes: "Pernambuco voltou a hastear a sua bandeira em Fernando de Noronha, 46 anos depois, por decisão da nova Constituição, que deve ser cumprida".

O governador informou ter entregue a pauta de reivindicações dos noronhenses ao presidente Sarney, esperando que o governo federal seja sensível e mantenha o fluxo de recursos para a continuação das 40 obras iniciadas na gestão de Mesquita. O novo administrador, Cláudio Marinho, também confia na "sensibilidade" do presidente

Sarney para cobrir os gastos mensais de manutenção da ilha, estimados em Czs 100 milhões.

NA JUSTIÇA

O juiz da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília, Murad Valadares, determinou ontem a citação do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e da União Federal, através da Procuradoria Geral da República, para responderem sobre a competência do Estado na manutenção da reserva ecológica de Fernando de Noronha, que passou a fazer parte de Pernambuco. As informações vão instruir ação popular impetrada pelo advogado Luiz Carlos Bettiol, que visa o desmembramento do Território, anexado ao Estado pela Constituição.

O pedido do advogado tem por base os Artigos 216 e 225 da própria Constituição. Ele sustenta que a incorporação do Território a Pernambuco põe em risco o Parque Ecológico de Fernando de Noronha, recentemente criado pelo presidente Sarney.

O juiz declarou relevantes as argumentações do advogado, mas negou o pedido de liminar, porque o processo não está claro quanto à impossibilidade de Pernambuco cuidar do conjunto de ilhas que compõem o arquipélago. Decidiu julgar o pedido de liminar, cujo objetivo é a anulação imediata do Artigo 15 da Constituição (que reincorporou o Território ao Estado), só após receber as informações solicitadas.

Somente 10% recebem nota dez do Diap

Dos 582 deputados e senadores (titulares e suplentes), que participaram da Constituinte, apenas 10% votaram com os trabalhadores, e, por esse motivo, receberam nota 10. O critério de avaliação do desempenho dos constituintes é do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), conforme seu presidente, Geraldo Bentes, que esteve ontem em São Paulo para antecipar o lançamento do livro Quem foi quem na Constituinte na questão de interesse dos trabalhadores, de 664 páginas. No dia 15, o livro será lançado no Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo.

Espécie de Dieese para assuntos políticos, o Diap é mantido por 431 entidades sindicais de todo o País, das mais variadas tendências políticas. "É um órgão suprapartidário, para acompanhar os passos dos parlamentares na hora em que eles votam", esclareceu o seu presidente.

Foram utilizados dados do Diário do Congresso e da Prodesem, entidade que presta informações técnicas ao Senado. O critério adotado para a redação foi explicado por Bentes: "Fizemos uma seleção dos assuntos defendidos pelas centrais sindicais e entidades de trabalhadores", disse. "Nas discussões em que houve consenso foram escolhidas teses comuns. E assim, avaliamos a votação de cada um dos 582 constituintes, pois muitos saíram e outros entraram nesse tempo de votação do processo".

Cada constituinte ganhou uma página, dividida no livro por seus Estados de origem. Os temas usados na classificação do Diap para efeito de nota foram: estabilidade, 40 horas de trabalho, turno de seis horas, salário mínimo, férias com 1/3 do salário, piso salarial, direito de greve e aviso prévio de 30 dias. Na classificação ganharam bola preta os que votaram contra os interesses dos trabalhadores, bola branca quem votou a favor; A quando estiveram ausentes e Ab quando se abstiveram.

Bentes respondeu às acusações de muitos constituintes de que o Diap funciona como "patrulha ideológica". "A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul fez um livro mostrando quem votou a favor dos empresários e não mostrou o resultado. Patrulhamento é isso, porque nosso livro é público. Detalhe: até agora não recebemos reclamação de nenhum constituinte", reagiu.